



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA
9ª REGIÃO**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO: 2021

**CURITIBA
2022**

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO 2021

**SECRETARIA DE CONTABILIDADE,
ORÇAMENTO E FINANÇAS - SECOF**

Curitiba



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/02/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	38.366.721,98	43.135.441,77	PASSIVO CIRCULANTE	77.454.578,79	97.146.123,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	30.919.851,08	34.410.569,44	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	77.251.904,32	96.806.424,87
Créditos a Curto Prazo	6.651.367,18	7.143.169,09	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	6.651.367,18	7.143.169,09	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	82.066,14	285.610,59
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	345.368,81	1.031.771,88	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	450.134,91	549.931,36	Demais Obrigações a Curto Prazo	120.608,33	54.087,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE	444.706.125,00	457.626.708,63	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	952.169,34	1.334.575,80	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	952.169,34	1.334.575,80	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	952.169,34	1.334.575,80	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	77.454.578,79	97.146.123,22
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-		2021	2020
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Imobilizado	439.103.690,98	450.796.583,79	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	48.512.559,03	48.892.051,80	Resultados Acumulados	405.618.268,19	403.616.027,18
Bens Móveis	112.894.759,01	112.021.370,56	Resultado do Exercício	-5.419.827,77	51.682.544,27
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-64.382.199,98	-63.129.318,76	Resultados de Exercícios Anteriores	403.616.027,18	351.933.482,91
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	7.422.068,78	-
Bens Imóveis	390.591.131,95	401.904.531,99	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	394.592.496,67	405.546.460,15	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.618.268,19	403.616.027,18
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.001.364,72	-3.641.928,16			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	4.650.264,68	5.495.549,04			
Softwares	4.650.264,68	5.495.549,04			
Softwares	23.687.796,80	23.634.313,84			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-19.037.532,12	-18.138.764,80			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCICIO 2021 PERIODO Anual

TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 22/02/2022 PAGINA 2

SUBTITULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	483.072.846,98	500.762.150,40	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	483.072.846,98	500.762.150,40

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	30.919.851,08	34.410.569,44	PASSIVO FINANCEIRO	7.047.859,42	9.485.108,71
ATIVO PERMANENTE	452.152.995,90	466.351.580,96	PASSIVO PERMANENTE	77.330.138,82	96.806.424,87
			SALDO PATRIMONIAL	398.694.848,74	394.470.616,82

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	51.643,11	96.797,45	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	17.555.750,39	21.755.383,19
Atos Potenciais Ativos	51.643,11	96.797,45	Atos Potenciais Passivos	17.555.750,39	21.755.383,19
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	51.643,11	96.797,45	Obrigações Contratuais	17.555.750,39	21.755.383,19
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	51.643,11	96.797,45	TOTAL	17.555.750,39	21.755.383,19

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	3.043.633,22
Recursos Vinculados	20.828.358,44
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	20.828.358,44
TOTAL	23.871.991,66



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.178.885.445,33	1.243.377.149,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	54.116.932,84	45.547.759,88
Impostos	-	-
Taxas	54.116.932,84	45.547.759,88
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	507.473,43	458.590,70
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	507.473,43	458.590,70
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	101.422,48	55.980,30
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	16.115,36	15.435,88
Variações Monetárias e Cambiais	85.307,12	40.544,42
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.117.049.817,35	1.107.298.965,27
Transferências Intragovernamentais	1.105.942.563,44	1.098.827.072,05
Transferências Intergovernamentais	11.102.436,00	8.190.662,00
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	4.817,91	281.231,22
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.748.247,22	86.468.574,20
Reavaliação de Ativos	-	24.566.207,81
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.323.243,00	57.053.495,17
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.425.004,22	4.848.871,22
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.361.552,01	3.547.279,17
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	339.083,70	775.574,20
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.022.468,31	2.771.704,97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.184.305.273,10	1.191.694.605,25
Pessoal e Encargos	774.820.305,68	790.391.409,11
Remuneração a Pessoal	611.116.788,96	634.904.838,13
Encargos Patronais	126.986.836,09	121.024.828,71
Benefícios a Pessoal	34.646.692,49	33.421.366,36
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.069.988,14	1.040.375,91
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	266.606.635,44	264.717.765,07
Aposentadorias e Reformas	214.707.589,94	215.211.421,58
Pensões	30.701.703,93	28.419.187,10
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21.197.341,57	21.087.156,39
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	56.988.500,29	56.846.099,11
Uso de Material de Consumo	1.841.340,52	3.040.530,52
Serviços	44.377.597,99	42.250.442,69
Depreciação, Amortização e Exaustão	10.769.561,78	11.555.125,90
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	756.009,77	9.109,81
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	434,03	372,05
Variações Monetárias e Cambiais	755.575,74	5.741,48
Descontos Financeiros Concedidos	-	2.996,28
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	72.460.240,40	52.845.824,43
Transferências Intragovernamentais	61.440.339,47	51.066.806,74
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	11.019.900,93	1.779.017,69
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	12.126.522,12	26.219.841,76
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	268.877,64	3.199.563,69
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	7.811,20	42.748,84
Incorporação de Passivos	7.337.026,39	9.748.402,37
Desincorporação de Ativos	4.512.806,89	13.229.126,86



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTITULO	80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Tributárias	516.297,40	628.604,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.053,23	20.505,87
Contribuições	493.244,17	608.098,85
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	30.762,00	35.951,24
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	30.762,00	35.951,24
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-5.419.827,77	51.682.544,27

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/02/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	403.616.027,18C	-	403.616.027,18C
Varição Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	7.422.068,78C	-	7.422.068,78C
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	5.419.827,77D	-	5.419.827,77D
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	405.618.268,19C	-	405.618.268,19C



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/02/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.982.433,43	9.856.115,21
INGRESSOS	1.174.996.686,64	1.155.612.165,79
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	1.174.996.686,64	1.155.612.165,79
Ingressos Extraorçamentários	242.987,76	237.297,46
Transferências Financeiras Recebidas	1.105.937.523,58	1.098.827.072,05
Arrecadação de Outra Unidade	68.811.135,44	56.547.796,28
Demais Recebimentos	5.039,86	-
DESEMBOLSOS	-1.167.014.253,21	-1.145.756.050,58
Pessoal e Demais Despesas	-982.267.261,28	-977.213.098,02
Legislativo	-	-
Judiciário	-729.893.204,50	-727.268.013,02
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-246.351.850,20	-243.545.206,20
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/02/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-6.021.389,68	-6.401.676,93
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-816,90	1.798,13
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-123.063.664,70	-117.238.848,36
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-123.063.664,70	-117.238.848,36
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-61.683.327,23	-51.304.104,20
Dispêndios Extraorçamentários	-242.987,76	-237.297,46
Transferências Financeiras Concedidas	-61.440.339,47	-51.066.806,74
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-11.473.151,79	-5.810.110,74
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-11.473.151,79	-5.810.110,74
Aquisição de Ativo Não Circulante	-11.409.668,83	-5.062.777,51
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-63.482,96	-747.333,23
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-3.490.718,36	4.046.004,47
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	34.410.569,44	30.364.564,97
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	30.919.851,08	34.410.569,44



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/02/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/02/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			1.116.059.655,42	1.116.059.655,42
TOTAL	-	-	1.116.059.655,42	1.116.059.655,42
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	3.696.552,00	-	-3.696.552,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	3.696.552,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.111.803.826,00	1.105.675.162,00	1.105.989.312,49	1.099.861.093,13	1.099.821.961,66	-314.150,49
Pessoal e Encargos Sociais	993.965.744,00	1.000.762.296,00	1.002.592.525,83	998.939.760,67	998.939.760,67	-1.830.229,83
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	117.838.082,00	104.912.866,00	103.396.786,66	100.921.332,46	100.882.200,99	1.516.079,34
DESPESAS DE CAPITAL	412.364,00	10.237.580,00	10.070.342,93	9.275.142,84	9.275.142,84	167.237,07
Investimentos	412.364,00	10.237.580,00	10.070.342,93	9.275.142,84	9.275.142,84	167.237,07
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.112.216.190,00	1.115.912.742,00	1.116.059.655,42	1.109.136.235,97	1.109.097.104,50	-146.913,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	1.112.216.190,00	1.115.912.742,00	1.116.059.655,42	1.109.136.235,97	1.109.097.104,50	-146.913,42
TOTAL	1.112.216.190,00	1.115.912.742,00	1.116.059.655,42	1.109.136.235,97	1.109.097.104,50	-146.913,42



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	392.818,64	6.420.339,90	5.468.168,96	5.468.168,96	1.344.989,58	-
Pessoal e Encargos Sociais	392.818,64	4.493.049,31	3.928.537,76	3.928.537,76	957.330,19	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.927.290,59	1.539.631,20	1.539.631,20	387.659,39	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	2.535.846,31	2.188.008,95	2.188.008,95	347.837,36	-0,00
Investimentos	-	2.535.846,31	2.188.008,95	2.188.008,95	347.837,36	-0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	392.818,64	8.956.186,21	7.656.177,91	7.656.177,91	1.692.826,94	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.010,89	42.731,28	39.978,46	-	4.763,71
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.010,89	42.731,28	39.978,46	-	4.763,71
DESPESAS DE CAPITAL	78.630,18	10.000,00	10.000,00	-	78.630,18
Investimentos	78.630,18	10.000,00	10.000,00	-	78.630,18
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	80.641,07	52.731,28	49.978,46	-	83.393,89



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/02/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	1.116.059.655,42	1.102.049.585,05
Ordinárias	-	-	Ordinárias	836.019.423,82	838.543.576,77
Vinculadas	-	-	Vinculadas	280.040.231,60	263.506.008,28
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	52.593.161,00	19.723.202,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	209.628.758,00	223.558.000,00
			Dívida Pública		3.983.263,84
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	17.818.312,60	16.241.542,44
Transferências Financeiras Recebidas	1.105.937.523,58	1.098.827.072,05	Transferências Financeiras Concedidas	61.440.339,47	51.066.806,74
Resultantes da Execução Orçamentária	1.101.799.184,52	1.096.714.192,31	Resultantes da Execução Orçamentária	65.044,52	-
Sub-repasse Recebido	1.101.799.184,52	1.096.714.192,31	Sub-repasse Devolvido	65.044,52	-
Independentes da Execução Orçamentária	4.138.339,06	2.112.879,74	Independentes da Execução Orçamentária	61.375.294,95	51.066.806,74
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	161.641,74		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	551.257,19	1.334.339,10
Demais Transferências Recebidas	1.987.510,35	1.038.483,94	Demais Transferências Concedidas	1.767,26	1.258,84
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.989.186,97	1.074.395,80	Movimento de Saldos Patrimoniais	60.822.270,50	49.731.208,80
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	76.021.713,98	65.795.809,36	Pagamentos Extraorçamentários	7.949.961,03	7.460.485,15
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	39.131,47	52.731,28	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	49.978,46	705.517,20
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.923.419,45	8.956.186,21	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	7.656.177,91	6.517.670,49
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	242.987,76	237.297,46	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	242.987,76	237.297,46
Outros Recebimentos Extraorçamentários	68.816.175,30	56.549.594,41	Outros Pagamentos Extraorçamentários	816,90	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		1.798,13	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	816,90	
Arrecadação de Outra Unidade	68.811.135,44	56.547.796,28			
Demais Recebimentos	5.039,86				
Saldo do Exercício Anterior	34.410.569,44	30.364.564,97	Saldo para o Exercício Seguinte	30.919.851,08	34.410.569,44
Caixa e Equivalentes de Caixa	34.410.569,44	30.364.564,97	Caixa e Equivalentes de Caixa	30.919.851,08	34.410.569,44
TOTAL	1.216.369.807,00	1.194.987.446,38	TOTAL	1.216.369.807,00	1.194.987.446,38

2.7. NOTAS EXPLICATIVAS

2.7.1. Informações Gerais

2.7.1.1. Natureza Jurídica da Entidade

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, é uma instituição de direito público, órgão do Poder Judiciário Federal, pertencente à Justiça do Trabalho, com jurisdição no Estado do Paraná, criado pela Lei 6.241 de 22/09/1975, publicada no DOU de 24/09/1975.

2.7.1.2. Domicílio da Entidade

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região está sediado na Alameda Drº Carlos de Carvalho, 528, Centro, Curitiba, Pr, CEP 80.430-180.

2.7.1.3. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região tem como natureza das operações e principal atividade promover a conciliação, o julgamento e dirimir litígios de natureza trabalhista entre empregados e empregadores, tendo como missão “solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com justiça e efetividade na entrega da prestação jurisdicional”.

As atividades da entidade são exercidas por servidores públicos regidos pela Lei nº 8.112/1990 e as contratações de bens, serviços e obras necessárias a manutenção e o aperfeiçoamento das atividades jurisdicionais são realizadas em conformidade com os ditames da Lei 8.666/1991.

Quanto à administração de suas finanças e contabilidade, a entidade segue a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar 101/2000. Quanto aos orçamentos, são seguidos a Lei do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

2.7.1.4. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, orçamentária, financeira e do desempenho da entidade. A finalidade das demonstrações contábeis especificamente no setor público é proporcionar informação útil para

subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados.

Tais demonstrações obedecem às NBCs TSP no que diz respeito ao regime de competência. A base de mensuração adotada é o custo histórico ajustado para a reavaliação de ativos.

Esses dados têm sido elaborados sob o pressuposto da continuidade e as políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente ao longo do período.

Para a elaboração das Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, foram extraídas informações do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal e obedecidas as regras estabelecidas na Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Atendem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 8ª edição) e o Manual Siafi. As demonstrações contábeis foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade gestora.

Dessa forma pode se afirmar que as demonstrações contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a legislação aplicada às normas orçamentárias, financeiras e contábil, e com os procedimentos descritos no Manual Siafi, assegurando aos demonstrativos contábeis a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.7.2. Resumo das políticas contábeis significativas

2.7.2.1. Bases de mensuração utilizada e julgamentos técnicos

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, tendo em consideração as opções e premissas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição e do Manual Siafi.

Na elaboração das demonstrações contábeis foram seguidas as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público, elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, tem como objetivo a convergência das práticas contábeis nacionais às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pela *International Federation of Accountants*. Por meio da Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018, Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, foi instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição, que estabelece a aplicabilidade e operacionabilidade dessas normas.

A intenção desse novo modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o resgate da Contabilidade enquanto ciência direcionada à gestão do patrimônio de entidades. As demonstrações e suas análises disponibilizam aos usuários informações gerenciais, de ordem orçamentária, econômica e financeira, que servem como base para tomadas de decisão à adequada prestação de contas.

A moeda funcional é o Real, e por não ter ocorrido transações em moeda estrangeira neste exercício não houve a necessidade de conversão de saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Representam os recursos disponíveis registrados pelo valor nominal em 31/12/2021. Trata-se de recursos liberados pelo Tesouro Nacional, registrados na conta de limite de saque da conta única da União, gerido pelo órgão central de programação financeira, a fim de atender despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social.

b) Demais créditos e valores a curto prazo

Compreendem os valores a receber realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis e está constituído de adiantamentos concedidos e créditos a receber por cessão de áreas públicas. Os registros foram realizados com base no valor nominal.

c) Estoques

A entrada de materiais de consumo é registrada pelo custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, taxas e impostos. Na saída, esses materiais são registrados pelo custo médio ponderado.

d) Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente

Compreendem as despesas com a aquisição de jornais, revistas, periódicos e a contratação de seguros e serviços pagos antecipadamente, de acordo com a competência e oportunidade. Os registros foram efetuados por seus valores nominais e referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão durante o exercício seguinte.

e) Ativo realizável a longo prazo

Registram os direitos a receber de longo prazo, pelos seus valores nominais, acrescidos de correção monetária quando aplicáveis, sendo eles: créditos a receber decorrentes de folha de pagamento (valores indevidos pagos a título de URV e GECJ - Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição), depósito judicial relativos à ação ordinária em que configuram como partes a União e servidor inativo deste órgão trabalhista e adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário, a ser baixado após a ocorrência do ponto de equilíbrio entre suas receitas e despesas administrativas.

f) Imobilizado

A política contábil para mensuração dos bens móveis e imóveis é o custo de aquisição ou de construção, deduzidas a depreciação acumulada, a redução ao valor recuperável e a reavaliação e acrescidos os gastos posteriores com a geração de benefícios econômicos futuros e aumento do potencial de serviços, bem como a reavaliação dos bens.

Em 2021, foi mantido o critério de classificação de bens permanentes adotado nesse órgão trabalhista. O Ato TRT 9ª nº 241/2019, na alínea “a” do inciso II do artigo 2º estabelece

que os bens permanentes de custo igual ou inferior a 2% do limite fixado no inciso II do artigo 24 da lei 8666/93, são classificados como bens de consumo.

g) Intangíveis

Compreendem os ativos não monetários, identificáveis, sem substância física e com capacidade de geração de benefício econômico futuro ou serviço potencial, sendo eles: aquisição de softwares pelo custo de aquisição, deduzido das despesas com amortização acumulada.

h) Depreciação, amortização e exaustão de bens móveis

Para fins de apuração da depreciação e amortização dos bens móveis registrados no Imobilizado, bem como nos elementos do Intangível, foi utilizado o método de quotas constantes e a tabela prevista no Manual Siafi, macrofunção 02.03.30, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

i) Depreciação de bens imóveis

Os bens imóveis foram depreciados mensalmente por meio de processo automático de registro pelo SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, gerido pela SPU - Secretaria de Patrimônio da União, sobre o valor depreciável da aquisição.

O método adotado foi a Parábola de Kuentzle, expressa pela fórmula $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde Kd é o coeficiente de depreciação, n a vida útil total da aquisição e x a vida útil transcorrida da aquisição. A vida útil do bem é definida conforme laudo de avaliação, ou na falta dele, por parâmetros definidos pela SPU conforme a natureza e características de cada bem.

j) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Correspondem aos valores exigíveis até 12 meses da data das Demonstrações Contábeis registrados no Passivo Circulante pelos valores correntes. A composição desses valores abrange as férias de magistrados e servidores a pagar e as obrigações decorrentes de passivos administrativos.

k) Fornecedores a pagar a curto prazo

Compreende o direito de recebimento por parte dos credores, dos materiais entregues e serviços prestados a esta unidade prestadora de contas, registrados pelo valor corrente.

l) Demais Obrigações a curto prazo

Registram os depósitos retidos de fornecedores, seja por inadimplência contratual, ausência de apresentação de documentos exigidos em contrato, entre outros, pelo valor corrente. Englobam ainda as obrigações decorrentes de utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal vincendas no mês subsequente.

m) Resultados Acumulados

Corresponde ao resultado do exercício somado ao resultado de exercícios anteriores, a fim de compor o Patrimônio Líquido da unidade.

2.7.2.2. Novas normas e políticas contábeis alteradas de mensuração utilizada

Não houve alteração relevante de políticas contábeis em decorrências de edição de novas normas.

2.7.2.3. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

Os julgamentos técnicos profissionais exercidos pela aplicação das políticas contábeis que afetaram significativamente os montantes reconhecidos nas demonstrações estão descritos no item 2.7.2.1. acima.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.7.3. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada apresentação e cada rubrica sejam apresentadas

2.7.3.1. Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, orçamentária, financeira e do desempenho da entidade. A finalidade das demonstrações contábeis especificamente no setor público é proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados.

Tais demonstrações obedecem às NBCs TSP no que diz respeito ao regime de competência. A base de mensuração adotada é o custo histórico ajustado para a reavaliação de ativos.

Esses dados têm sido elaborados sob o pressuposto da continuidade e as políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente ao longo do período.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP) e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF); e
- VI. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

I. Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

As contas do ativo representam os recursos controlados no presente pela entidade como resultado de evento passado. Os recursos devem possuir a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros e potenciais de serviços. As contas do passivo compreendem as obrigações presentes, derivada de eventos passados, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade. Já o patrimônio líquido evidencia a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido.

A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo. No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal orientado pelas NICSP - Normas Internacionais Contábeis adotadas pelo Setor Público;
- Quadros com informações exigidas pela Lei 4.320/64:
 1. Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
 2. Contas de Compensação e
 3. Superávit/Déficit Financeiro

R\$ milhões

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		38	43
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	30	34
Créditos a Curto Prazo	2	7	7
Estoques	3	0	1
VPDs Pagas Antecipadamente	4	1	1
ATIVO NÃO CIRCULANTE		445	458
Realizável a Longo Prazo		1	1
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	5	1	1
Imobilizado	6	439	451
Bens Móveis		112	112
(-) Depreciação Acumulada		-64	-63
Bens Imóveis		395	406
(-) Depreciação Acumulada		-4	-4
Intangível		5	6
Softwares		24	24



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

(-) Amortização Acumulada		-19	-18
TOTAL DO ATIVO		483	501

PASSIVO	NE	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		77	97
Obrigações Trab.,Prev. e Assist.a Pagar Curto Prazo	7	77	97
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		0	0
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		77	97
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2021	2020
Resultados Acumulados		406	404
Resultado do Exercício	17	-5	52
Resultados de Exercícios Anteriores		404	352
Ajustes de Exercícios Anteriores		7	0
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		406	404
TOTAL DO PASSIVO + PL		483	501

Fonte: Siafi Web

R\$ milhões

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS PERMANENTES					
ATIVO	2020	2021	PASSIVO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	34	31	PASSIVO FINANCEIRO	7	9
ATIVO PERMANENTE	466	452	PASSIVO PERMANENTE	77	97
SALDO PATRIMONIAL				394	399

Fonte: Siafi Web

R\$ milhões

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO	2020	2021	PASSIVO	2021	2020
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Atos Potenciais Ativos	0	0	Atos Potenciais Passivos	18	22
Direitos Contratuais	0	0	Obrigações Contratuais	18	22
TOTAL	0	0	TOTAL	18	22

Fonte: Siafi Web

R\$ milhões

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	3
Recursos Vinculados	21
Outros Recursos Vinculados a Fundo, Órgão e Programas	21
TOTAL	24

Fonte: Siafi Web



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

O principal objetivo do demonstrativo contábil de variações patrimoniais (DVP) é evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Portanto, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia todos os itens de Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) reconhecidos no período contábil, bem como o resultado patrimonial do exercício. Receitas e despesas por competência são reconhecidas no período que ocorre o respectivo fato gerador (não necessariamente quando houver entrada ou saída de caixa, ou ainda, autorização orçamentária).

R\$ milhões

VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2021	2020	
VARIações		NE	1.179	1.243
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		54	45	
Taxas	8	54	45	
Exploração e venda de Bens, Serviços e Direitos		1	1	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0	0	
Transferências e Delegações Recebidas		1.117	1.107	
Transferências Intragovernamentais	9	1.106	1.099	
Transferências Intergovernamentais		11	8	
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0	0	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		4	86	
Reavaliação de Ativos		0	24	
Ganhos com Incorporação de Ativos		1	57	
Ganhos com Desincorporação de Passivos		3	5	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3	4	
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		0	1	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3	3	
VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.184	1.191	
Pessoal e Encargos		775	790	
Remuneração a Pessoal	12	611	635	



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Encargos Patronais		127	121
Benefícios a Pessoal		35	33
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		2	1
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13	266	264
Aposentadorias e Reformas		215	215
Pensões		30	28
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		21	21
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		57	57
Uso de Material de Consumo		2	3
Serviços		44	42
Depreciação, Amortização e Exaustão		11	12
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	14	1	0
Variações Monetárias e Cambiais		1	0
Transferências e Delegações Concedidas	15	72	53
Transferências Intragovernamentais		61	51
Outras Transferências e Delegações Concedidas		11	2
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	16	12	26
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ perdas		0	3
Incorporação de Passivos		7	10
Desincorporação de Ativos		5	13
Tributárias		1	1
Contribuições		1	1
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		0	0
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	17	-5	52

Fonte: Siafi Web

III. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido visa demonstrar a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido no período e complementa o Balanço Patrimonial, pelo fato de proporcionar conhecimento detalhado da composição e formação das contas do Patrimônio Líquido.

	NE	VALOR	VALOR DO AJUSTE	R\$ milhões VALOR TOTAL
Saldo Inicial do Exercício de 2021		404	0	404
Ajustes de Exercícios Anteriores		7	0	7
Resultado do Exercício	17	-5	0	-5
Saldo Final do Exercício de 2021		406	0	406

Fonte: Siafi Web



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

IV. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Permite a identificação das fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, bem como a destinação de seu consumo. As informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

R\$ milhões

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
	NE	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		8	10
INGRESSOS		1.175	1.156
Outros Ingressos Operacionais		1.175	1.156
Ingressos Extraorçamentários		0	0
Transferências Financeiras Recebidas		1.106	1.099
Arrecadação de Outra Unidade		69	57
DESEMBOLSOS		-1.167	-1.146
Pessoal e Demais Despesas		-982	-977
Judiciário		-730	-727
Previdência Social		-246	-244
Encargos Especiais		-6	-6
Transferências Concedidas		-123	-117
Intragovernamentais		-123	-117
Outros Desembolsos das Operações		-62	-52
Dispêndios Extraorçamentários		0	0
Transferências Financeiras Concedidas		-62	-52
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	NE	-11	-6
DESEMBOLSOS		-11	-6
Aquisição de Ativo Não Circulante		-11	-5
Outros Desembolsos de Investimentos		0	-1
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-3	4
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	22	34	30
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		31	34

Fonte: Siafi Web



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

V. Balanço Orçamentário (BO)

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil elaborada pelas entidades do setor público ao final de cada exercício financeiro que evidencia comparativamente os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (accountability).

As receitas e despesas orçamentárias representam os valores conforme disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Ou seja, são as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício financeiro, diretamente relacionadas ao orçamento. Como as receitas e despesas por competência levam em consideração as variações patrimoniais, independentes da execução orçamentária, é natural que os valores sejam diferentes caso sejam comparados os dois conceitos.

R\$ milhões

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
DEFICIT	18			1.116	1.116
TOTAL				1.116	1.116
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			4		-4
Créditos Cancelados			4		

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		1.112	1.106	1.106	1.100	1.100	0
Pessoal e Encargos Sociais		994	1.001	1.003	999	999	-2
Outras Despesas Correntes		118	105	103	101	101	2
DESPESAS DE CAPITAL		0	10	10	9	9	0
Investimentos		0	10	10	9	9	0
TOTAL	19	1.112	1.116	1.116	1.109	1.109	0

Fonte: Siafi Web

R\$ milhões

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		0	7	6	6	1	0
Pessoal e Encargos Sociais		0	5	4	4	1	0
Juros e Encargos da Dívida		0	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes		0	2	2	2	0	0
DESPESAS DE CAPITAL		0	2	2	2	0	0
Investimentos		0	2	2	2	0	0



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Inversões Financeiras		0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida		0	0	0	0	0	0
TOTAL	21	0	9	8	8	2	0

Fonte: Siafi Web

R\$ milhões

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		0	0	0	0	0
Pessoal e Encargos Sociais		0	0	0	0	0
Juros e Encargos da Dívida		0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes		0	0	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL		0	0	0	0	0
Investimentos		0	0	0	0	0
Inversões Financeiras		0	0	0	0	0
Amortização da Dívida		0	0	0	0	0
TOTAL	21	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Web

VI. Balanço Financeiro (BF)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício.

R\$ milhões

BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS	NE	2021	2020
Transferências Financeiras Recebidas		1.106	1.099
Resultantes da Execução Orçamentária		1.102	1.097
Sub-repasse Recebido		1.102	1.097
Independentes da Execução Orçamentária		4	2
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		0	0
Demais Transferências Recebidas		2	1
Movimentação de Saldos Patrimoniais		2	1
Recebimentos Extraorçamentários		76	66
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	20	0	0
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	20	7	9
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0	0
Outros Recebimentos Extraorçamentários		69	57
Arrecadação de Outra Unidade		69	57
Saldo do Exercício Anterior		34	30



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Caixa e Equivalentes de Caixa		34	30
TOTAL DOS INGRESSOS		1.216	1.195
DISPÊNDIOS	NE	2021	2020
Despesas Orçamentárias		1.116	1.102
Ordinárias		836	839
Vinculadas		280	263
Seguridade Social		52	20
Previdência Social (RPPS)		210	223
Dívida Pública		0	4
Outros Recursos Vinculados		18	16
Transferências Financeiras Concedidas		61	51
Resultantes da Execução Orçamentária		0	0
Sub-repasse Devolvido		0	0
Independentes da Execução Orçamentária		61	51
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		1	1
Movimento de Saldos Patrimoniais		60	50
Pagamentos Extraorçamentários		8	8
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	21	0	1
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	21	8	7
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0	0
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0	0
Saldo para o Exercício Seguinte	22	31	34
Caixa e Equivalentes de Caixa		31	34
TOTAL DOS DISPÊNDIOS		1.216	1.195

Fonte: Siafi Web

2.7.3.2. Composição dos principais itens das demonstrações contábeis

Nota 1 – Caixa e equivalentes de caixa

Nota 1 - Caixa e equivalentes de caixa

R\$ milhões

	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS	30	34	-10%	100%
Total	30	34	-10%	100%

Fonte: Siafi

A conta Limite de Saque corresponde ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto a Secretaria do Tesouro Nacional, por intermédio do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com exceção das fontes de arrecadação próprias.

A variação negativa em relação ao exercício anterior decorreu da diminuição no volume de inscrição de empenhos em restos a pagar não processados.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

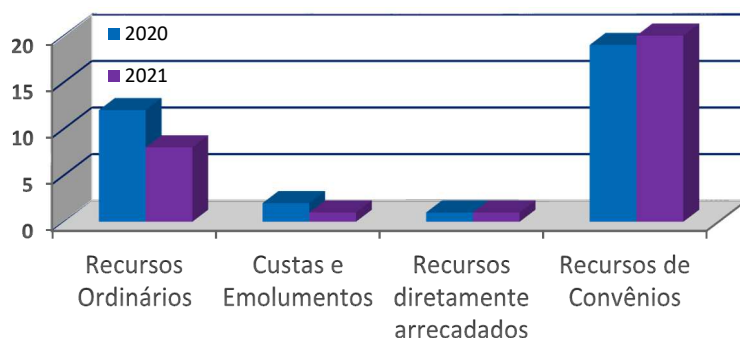
O Caixa e Equivalente de Caixa são compostos exclusivamente pela conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A seguir, detalhamos a origem dos recursos segundo o detalhamento das fontes de arrecadação:

R\$ milhões

Limite de Saque por Fonte de Recursos		Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
00	Recursos Ordinários	8	12	-29%	29%
27	Custas e Emolumentos – Poder Judiciário	1	2	-77%	1%
50	Recursos Diretamente Arrecadados	1	1	30%	5%
81	Recursos de Convênios	20	19	6%	65%
Total		30	34	-10%	100%

Fonte: Siafi

Percebe-se que a maior parte dos recursos financeiros pertence à fonte de recursos de convênios, na ordem de 20 milhões. Essa fonte de arrecadação advém dos contratos de prestação de serviços bancários de captação e manutenção dos saldos dos depósitos judiciais trabalhistas firmados entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.



Nota 2 – Créditos a curto prazo

Nota 2 – Créditos a curto prazo

R\$ milhares

	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Adiantamentos concedidos a pessoal	6.236	7.063	-12%	94%
Adiantamentos a prestadores de serviços	375	0	100%	6%
Total	6.611	7.063	-6%	100%

Fonte: Siafi

Em dezembro de 2021, bem como em dezembro de 2020, foi autorizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho o pagamento antecipado do terço constitucional de férias, bem como a primeira parcela do 13º salário referente a 2022, para aqueles servidores e magistrados com usufruto de suas férias em janeiro de 2022, conforme Ofício Circular CSJT.GP.SG.SEOF1 134 de 16/12/2021.

Tal medida visou o aproveitamento dos recursos disponíveis no exercício de 2021, liberando assim os recursos do orçamento da Justiça do Trabalho de 2022 para outras demandas prioritárias, tendo em vista o cumprimento do limite de gastos imposto pela Emenda Constitucional 95/2016.



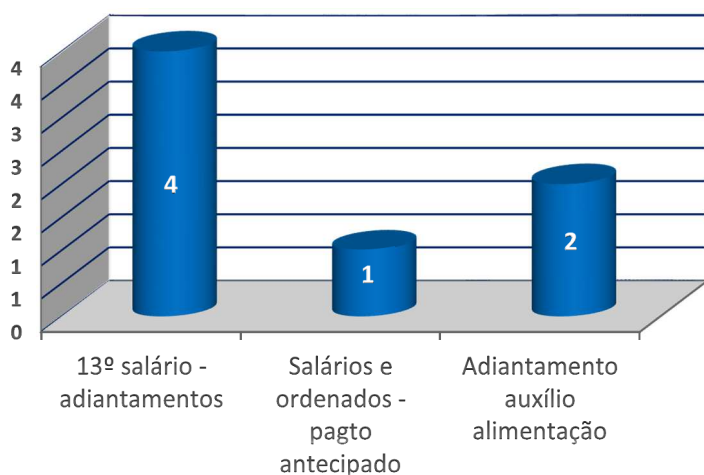
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Além disso, houve o pagamento, a título de adiantamento, do auxílio alimentação devido a magistrados e servidores desta UPC, com vistas ao cumprimento do disposto no parágrafo único do art 1º da Resolução CSJT 198/2017, que prevê que tal benefício deve ser pago em regime de antecipação.

Abaixo, segue o detalhamento da conta de Adiantamentos concedidos a pessoal:

		R\$ milhões		
Adiantamentos concedidos a pessoal	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
13 salário – adiantamento	4	4	0%	57%
Salários e ordenados – pagamentos antecipados	1	1	0%	14%
Adiantamento auxílio alimentação	2	2	0%	29%
Total	7	7	0%	100%

Fonte: Siafi



Já na conta adiantamento a prestadores de serviços, estão registradas as despesas com a prestação de serviços educacionais técnico especializados para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal por meio de contratação de horas aulas de capacitação a serem usufruídos ao longo do exercício de 2022, visando o desenvolvimento de servidores e gestores da área administrativa deste Tribunal. Tal modalidade de contratação encontra amparo legal no art. 38 do Decreto 93.872/1986 e §§ 1º e 2º do art. 8 do Ato TRT9 184/2020.

Foram contratadas as empresas Consultre Consultoria e Treinamento, na ordem de R\$ 100.000,00 e Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, na ordem de R\$ 275.000,00, perfazendo assim o total de R\$ 375.000,00.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Nota 3 – Estoques

Nota 3 – Estoques

R\$ milhões

	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Estoques	0	1	-100%	100%
Materiais de Consumo	0	1	-100%	100%
Total	0	1	-100%	100%

Fonte: Siafi

A diminuição de materiais de consumo estocados em almoxarifado decorre do processo de implantação do Sistema de Almoxarifado Virtual, com término previsto para o exercício de 2022, conforme pregão eletrônico 61/2021, firmado entre este órgão trabalhista e a empresa prestadora do referido serviço BrSupply.

Com a implementação do novo sistema, esta UPC transfere para empresa especializada o gerenciamento de compras e entregas dos itens de consumo, tendo em vista a redução do espaço físico ocupado com estoque, bem como suprir a carência de pessoal na área administrativa.

Segue abaixo a discriminação dos materiais mantidos em estoque no encerramento do exercício de 2021:

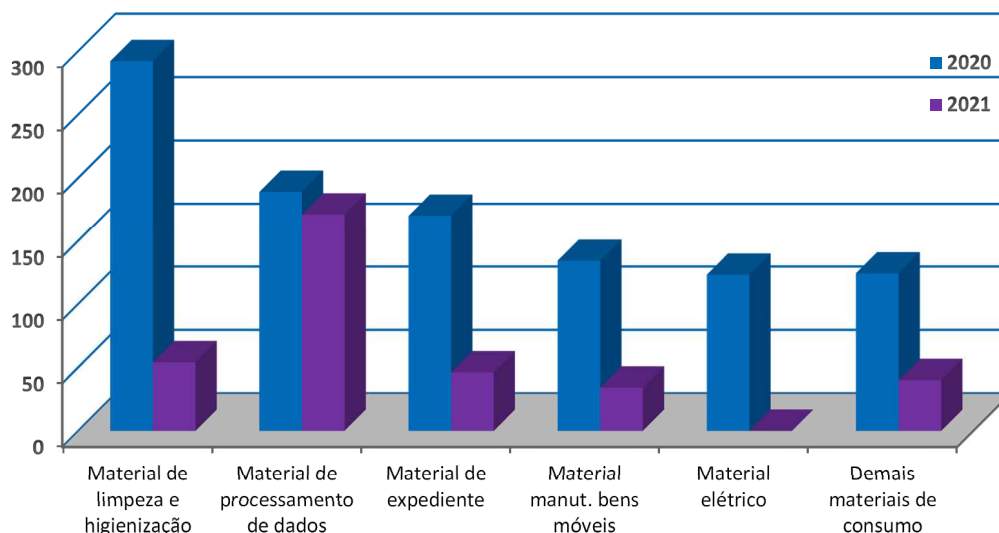
R\$ milhares

Almoxarifado	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Materiais de Consumo	345	1.032	-67%	100%
07 – Gêneros de alimentação	0	0	0%	0%
09 – Material farmacológico	1	2	-70%	0%
16 – Material de expediente	46	170	-73%	13%
17 – Material de processamento de dados	171	189	-10%	50%
19 – Material de acondicionamento e embalagem	0	4	-100%	0%
21 – Material de copa e cozinha	8	13	-39%	2%
22 – Material de limpeza e higienização	54	292	-82%	16%
24 – Material para manutenção de bens imóveis	0	61	-100%	0%
25 - Material para manutenção de bens móveis	34	134	-75%	10%
26 – Material elétrico	0	123	-100%	0%
28 – Material de proteção e segurança	2	6	-68%	0%
29 – Material para áudio, vídeo e foto	1	4	-68%	0%
50 – Bandeiras, flâmulas e insígnias	8	22	-61%	3%
99 – Outros materiais de consumo	20	12	65%	6%
Total	345	1.032	-67%	100%

Fonte: Siafi



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010



Nota 4 – VPDs pagas antecipadamente

Nota 4 – VPDs pagas antecipadamente

R\$ milhares

	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Prêmios de seguros a apropriar	40	85	-53%	9%
Assinaturas e anuidades a apropriar	203	302	-33%	45%
Demais VPDs a apropriar	207	163	28%	46%
Total	450	550	-18%	100%

Fonte: Siafi

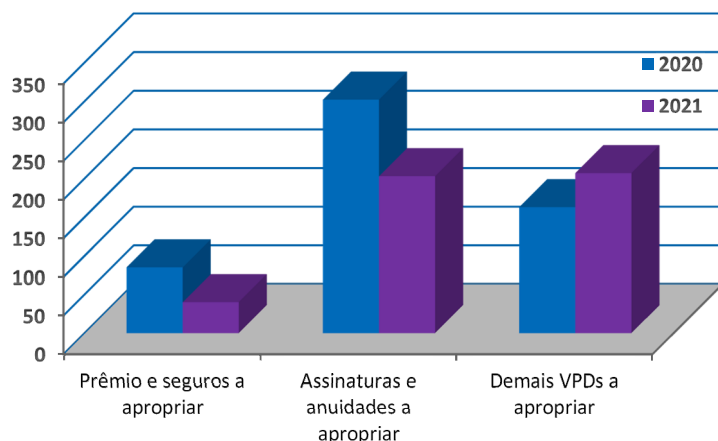
Nesta conta registram-se as variações patrimoniais diminutivas decorrentes de pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão durante o exercício seguinte.

A redução observada tanto na despesa com prêmios de seguros a apropriar quanto na despesa com assinaturas e anuidades decorre de renovações contratuais em valores inferiores àqueles anteriormente contratados. As renovações responsáveis pela economia orçamentária são a assinatura Revista dos Tribunais e a renovação da cobertura securitária da frota de veículos deste Tribunal.

Na conta demais VPDs a apropriar estão registradas as renovações de licenças de uso de software.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010



Nota 5 – Demais créditos e valores a longo prazo

Nota 5 – Demais créditos e valores a longo prazo

R\$ milhões

	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1	1	0%	100%
Total	1	1	0%	100%

Fonte: Siafi

A conta Demais Créditos e Valores a Longo Prazo é composta essencialmente pelo adiantamento a contribuições futuras para a Funpresp-Jud - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário, pertencente ao grupo Outros Créditos a receber e Valores a Longo Prazo, na ordem de R\$ 765 mil. Cabe ressaltar que no exercício anterior o valor registrado foi de R\$ 795 mil.

No decorrer do exercício de 2021 houve o registro mensal da correção do saldo do aporte inicial com base no IPCA. Além disso, em dezembro de 2021 foi registrada a devolução de mais uma parcela do aporte inicial efetuado pelo Tribunal Superior do Trabalho, que em 2015 definiu que tal devolução ocorreria a medida em que fosse alcançado o ponto de equilíbrio pela Funpresp-Jud, ou seja, quando o montante inicial das receitas administrativas superasse o montante das despesas administrativas no mesmo ano calendário.

Além do adiantamento a contribuições futuras, a conta Demais Créditos e Valores a Longo Prazo é composta por créditos a receber decorrentes de folha de pagamento, na ordem de R\$ 107 mil e depósitos restituíveis e valores vinculados, que somam 80 mil.

Na conta créditos a receber decorrentes de folha de pagamento constam registrados os créditos de pessoal decorrentes de pagamentos indevidos a magistrados e servidores, passíveis de devolução por parte do beneficiário após o reconhecimento desses valores pela Administração deste Tribunal, sendo eles Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição e remuneração indevida. No exercício de 2021 foram restituídos aos cofres públicos da União R\$ 353 mil, por meio de devolução de valores pelos devedores.

Na conta depósitos restituíveis e valores vinculados constam os depósitos judiciais relativos à Ação Ordinária 2008.70.00.011633-7/PR ajuizada pelo servidor inativo Benedito Fernandes de Castro, ainda em trâmite no TRF 4ª Região.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Nota 6 – Imobilizado

Imobilizado – composição

R\$ milhões

IMOBILIZADO	Dez/2021	Dez/2020	AH
Bens Móveis	49	49	0%
(+) Valor Contábil Bruto	113	112	1%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	-64	-63	2%
(-) Redução ao Valor Recuperável	0	0	0%
Bens Imóveis	390	402	-3%
(+) Valor Contábil Bruto	394	405	-3%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	-4	-3	33%
(-) Redução ao Valor Recuperável	0	0	0%
Total	439	451	-3%

Fonte: Siafi

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2021, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região apresentou o saldo de R\$ 439 milhões relacionados a imobilizado.

Bens Móveis

R\$ milhões

	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9	9	0%	7%
Bens de Informática	70	68	2%	62%
Móveis e Utensílios	25	24	3%	22%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	4	4	0%	4%
Veículos	4	4	0%	4%
Bens Móveis em Almoxarifado	0	1	-100%	0%
Demais Bens Móveis	1	2	-50%	1%
(-) Depreciação Acumulada	-64	-63	2%	
Total	49	49	0%	100%

Fonte: Siafi



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Os bens móveis de maior representatividade são os de tecnologia da informação e comunicação, e a variação positiva observada em relação ao exercício anterior decorre de novas aquisições de material permanente de TIC, sendo eles solução de alta disponibilidade para processamento de dados Oracle e 244 notebooks.

Bens Imóveis

BENS IMÓVEIS	R\$ milhões			
	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Bens de Uso Especial registrados no Spiunet	368	378	-3%	93%
Bens de Uso Especial não registrados no Spiunet	26	20	35%	7%
Bens Imóveis em Andamento	0	6	-100%	0%
Instalações	0	2	-100%	0%
(-) Depreciação Acumulada	-4	-4	0%	0%
Total	390	402	-3%	100%

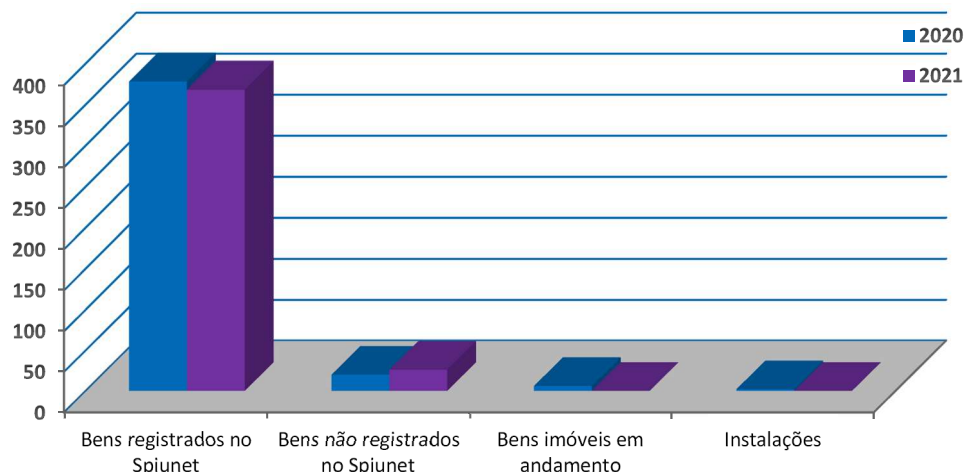
Fonte: Siafi

A diminuição observada na conta de bens de uso especial registrados no Spiunet, em relação ao exercício anterior, deve-se à baixa de imóvel situado no município de Toledo, no montante de R\$ 10 milhões, em virtude de transferência para a Secretaria de Patrimônio da União.

A Portaria Conjunta do Ministério da Economia, Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital e Secretaria de Gestão nº 38/2020, incentiva a ocupação otimizada e compartilhada dos imóveis ocupados pelos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público da União e estatais, a fim de reduzir custos com imóveis utilizados no serviço público.

Por esse motivo, o imóvel de Toledo foi temporariamente transferido para a SPU, para que seja providenciado o compartilhamento do referido imóvel com outros órgãos federais de escolha da SPU, e futuro registro da parte que cabe a esta unidade judiciária.

Já o acréscimo observado na conta de bens de uso especial não registrados no Spiunet advém essencialmente da transferência do Fórum Trabalhista de Apucarana e da Vara do Trabalho de Dois Vizinhos de obras em andamento para edifícios, por motivo de conclusão das referidas obras.





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Nota 7 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a curto prazo

Nota 7 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a curto prazo			R\$ milhões	
	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Férias a Pagar	74	83	-11%	95%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	3	13	-74%	5%
Encargos Sociais a Pagar	0	1	-100%	0%
Total	77	97	-20%	100%

Fonte: Siafi

A diminuição observada na conta de Férias a Pagar, em relação ao exercício anterior, decorre do aumento dos pedidos de férias de magistrados, motivada pela conversão em abono pecuniário de um terço de férias devidas a cada período, conforme regulamentação prevista na Resolução CSJT 259/2019 e Ofício Circular CSJT.GP.SG.SEOFI 56 de 07/12/2020.

A variação negativa das Obrigações Trabalhistas a Pagar resulta essencialmente da exclusão dos valores relativos a juros, em virtude do não reconhecimento de juros moratórios devidos sobre pagamentos administrativos, salvo se reconhecido o direito com estipulação de termo de pagamento, conforme Resolução CSJT 302/2021 e Processo CNJ-PP0008427-83.2018.2.00.0000. Além disso houve pagamento de passivos autorizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho por meio do Ofício Circular CSJT.GP.SG.SEOFI 131/2021.

Foi autorizado o pagamento de R\$ 1.182.731,00 referente a passivos de diferença de proventos e pensões devida a servidores, reajuste concedido aos juízes classistas por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5179/DF e férias indenizadas a magistrados.

Nota 8 – Taxas

Nota 8 – Taxas			R\$ milhões	
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Taxas pela prestação de serviços	54	45	19%	100%
Total	54	45	19%	100%

Fonte: Siafi

Trata-se de arrecadação de receitas provenientes de custas judiciais e emolumentos praticados nos processos judiciais trabalhistas. A arrecadação se dá por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União e é destinada aos cofres públicos da União, sendo tal receita gerida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O aumento na arrecadação provém do aumento das resoluções nas reclamações trabalhistas em 2021, em comparação a 2020, decorrente do investimento em ferramentas digitais e procedimentos de atendimento virtual.

Nota 9 – VPA transferências e delegações recebidas

Nota 9 – VPA transferências e delegações recebidas			R\$ milhões	
Transferências Intragovernamentais	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Sub-repasse Recebido	1.117	1.107	1%	100%



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Total	1.117	1.107	1%	100%
-------	-------	-------	----	------

Fonte: Siafi

Por não se tratar de um órgão gerador de receitas, as despesas autorizadas na lei orçamentária anual são custeadas principalmente por meio de sub-repasse de recursos financeiros, que consiste na liberação dos recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para as unidades gestoras de uma entidade.

A variação positiva observada em 2021, em relação ao exercício anterior, resulta da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ao valor do limite de pagamentos de despesas primárias referente ao exercício imediatamente anterior, conforme EC 95/2016, que trata do teto de gastos do Governo Federal. Cabe ressaltar que o limite de pagamentos aplicados a esta UPC consiste no valor disponibilizado na Lei Orçamentária Anual, atualizado automaticamente de acordo com o remanejamento de dotações orçamentárias.

Nota 10 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Nota 10 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			R\$ milhões	
Ganhos com incorporação de ativos	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Reavaliação de Ativos	0	24	-100%	0%
Ganhos com Incorporação de Ativos	1	57	-98%	35%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3	5	-50%	65%
Total	4	86	-96%	100%

Fonte: Siafi

A variação negativa observada na conta reavaliação de ativos, em relação a 2020, decorre da inexistência de reavaliações de bens imóveis no exercício de 2021.

Já a variação negativa observada na conta de ganhos com incorporação de ativos, em relação ao exercício anterior, decorre da incorporação das obras de construção dos fóruns trabalhistas de Foz do Iguaçu e Toledo no Patrimônio da União em 2020, por meio de registro no Spiunet.

E por fim, a variação negativa na conta ganhos com desincorporação de passivos justifica-se pelo fato de o volume de pagamentos de passivos administrativos em 2020 ter sido de R\$ 3.867.423,00 (autorizado por meio do Ofício Circular CSJT.GP.SG.SEOFI 66/2020), enquanto em 2021 foi de R\$ 1.182.731,00 (Ofício Circular CSJT.GP.SG.SEOFI 131/2021).

Nota 11 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Nota 11 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			R\$ milhões	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Reversão de Provisões e ajustes para perdas	0	1	-100%	0%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3	3	0%	100%
Total	3	4	-25%	100%

Fonte: Siafi

A diminuição da VPA de reversão de provisões e ajustes para perdas em 2021, em relação a 2020, decorre de alteração na contabilização da baixa de saldos remanescentes de precatórios trabalhistas. De acordo com



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

a Mensagem Siafi 2021/0010844, a conta de variação patrimonial aumentativa correta a ser utilizada é a 46412.01.00 (Ganhos com Desincorporação de Passivos), e não a 49711.01.00 (Reversão de Provisões).

Nota 12 – Pessoal e Encargos

Nota 12 – Pessoal e Encargos			R\$ milhões	
Pessoal e Encargos	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Remuneração a Pessoal	611	635	-4%	79%
Encargos Patronais	127	121	5%	16%
Benefícios a Pessoal	35	33	4%	4%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2	1	99%	0%
Total	775	790	-2%	100%

Fonte: Siafi

A variação negativa observada em 2021 em remuneração a pessoal, em relação ao exercício anterior, decorre da conta de variação patrimonial diminutiva de vencimentos e salários, por motivo de ajuste no relatório de BRPF – baixa de remuneração no período de férias.

Nota 13 – Benefícios previdenciários assistenciais

Nota 13 – Benefícios previdenciários assistenciais			R\$ milhões	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Aposentadorias e Reformas	215	215	0%	81%
Pensões	30	28	8%	11%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21	21	0%	8%
Total	266	264	1%	100%

Fonte: Siafi

O aumento observado nas despesas com pensões em 2021, em relação ao exercício anterior, decorre da instituição de pensões por morte de magistrados e servidores.

Nota 14 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Nota 14 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			R\$ milhões	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Descontos Financeiros Concedidos	1	0	100%	100%
Total	1	0	100%	100%

Fonte: Siafi

A variação observada em Descontos Financeiros Concedidos justifica-se pela contabilização da correção monetária dos passivos administrativos na despesa com encargos financeiros indedutíveis, passando a compor as variações patrimoniais diminutivas financeiras.

Em 2020 a correção monetária era contabilizada na VPD de incorporação de passivos, e em 2021 passou a ser contabilizada como encargos financeiros, conforme item 4.2.1 da Nota Técnica SEOFI/CSJT 1/2019 e Mensagem Siafi 20/2021.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Nota 15 – Transferências e delegações concedidas

Nota 15 – Transferências e delegações concedidas		R\$ milhões		
	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Transferências Intragovernamentais	61	51	20%	85%
Outras Transferências Concedidas	11	2	519%	15%
Total	72	53	37%	100%

Fonte: Siafi

Na conta transferências intragovernamentais estão registrados os recolhimentos das arrecadações, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União, dos recursos destinados aos cofres públicos da União geridos pela Secretaria do Tesouro Nacional, compostos essencialmente de receitas provenientes de custas judiciais e emolumentos praticados nos processos judiciais trabalhistas, entre outros, e as restituições de receitas realizadas no exercício por recolhimentos indevidos relativos as custas judiciais e emolumentos. Por não se tratarem de receitas próprias desta UPC os recursos da arrecadação são transferidos para a União, de forma que a conta de VPD 35122.03.00 (Movimento de saldos patrimoniais) anula o impacto no resultado da contabilização da VPA na conta 41.221.01.00 (Taxa pela prestação de serviços).

O aumento na arrecadação provém do aumento das resoluções nas reclamatórias trabalhistas em 2021, em comparação a 2020, decorrente do investimento em ferramentas digitais e procedimentos de atendimento virtual.

Compõe também o saldo dessa conta o valor das devoluções de recursos financeiros de restos a pagar à Setorial Financeira da Justiça do Trabalho pelo cancelamento dos saldos de empenhos inscritos em restos a pagar.

Já a variação positiva observada na VPD Outras Transferências Concedidas justifica-se pela transferência dos imóveis localizados nos municípios de Apucarana e Toledo para a Unidade Gestora 170164 - Superintendência do Patrimônio da União, a fim de que seja realizado o compartilhamento desses imóveis com outros órgãos federais, nos moldes da Portaria Conjunta nº 38/2020 do Ministério da Economia, com o intuito de otimizar o uso de espaços público por meio de compartilhamento e reduzir assim os custos da União.

Nota 16 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Nota 16 – Desvalorização e perda de ativos e desincorporação de passivos		R\$ milhões		
	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Desvalorização e perda de ativos e desincorporação de passivos				
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes	0	3	-100%	2%
Incorporação de Passivos	7	10	-25%	61%
Desincorporação de ativos	5	13	-66%	37%
Total	12	26	-54%	100%

Fonte: Siafi

A redução observada na despesa com reavaliação, redução a valor recuperável e ajustes para perdas decorre da inexistência de desvalorização de imóveis em 2021.



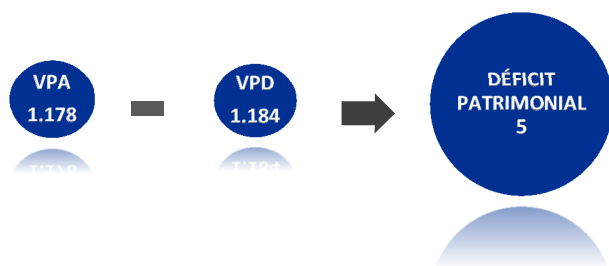
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

A variação diminutiva na VPD de incorporação de passivos observada em 2021, em relação a 2020, decorre da diminuição da despesa com precatórios trabalhistas.

Já a diminuição observada na desincorporação de ativos decorre da baixa das construções dos Fóruns Trabalhistas de Foz do Iguaçu e Toledo da conta Obras em Andamento, registradas no Patrimônio da União por meio do Spiunet no exercício de 2020.

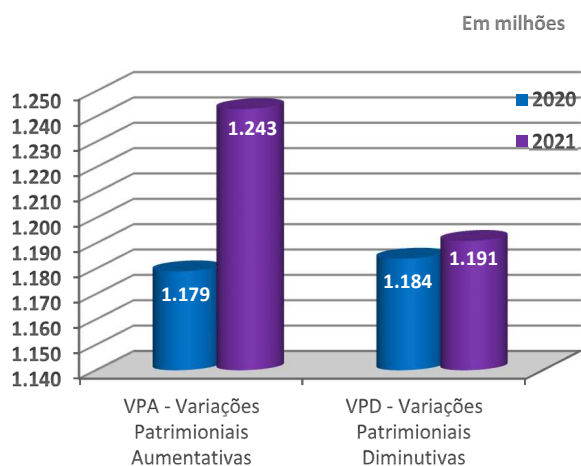
Nota 17 – Resultado patrimonial do período

As variações patrimoniais aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD) compõem o Demonstrativo das Variações Patrimoniais, e a apuração do resultado decorrente da confrontação entre elas foi transferida para a conta de resultado do exercício, no Patrimônio Líquido, conforme registrado no Balanço Patrimonial, bem como na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Em 2021, o resultado foi deficitário em R\$ 5 milhões.



Fonte: Siafi

O resultado deficitário de R\$ 5 milhões apurado no exercício de 2021, em comparação ao resultado superavitário na ordem de R\$ 52 milhões apurado no exercício anterior, encontra-se abaixo demonstrado.



Fonte: Siafi



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

O principal fator que contribuiu para o resultado deficitário em 2021 foi a diminuição, em relação a 2020, das variações patrimoniais aumentativas de valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos, decorrente de valorização de bens imóveis por meio de reavaliação de bens patrimoniais em 2020, bem como a incorporação ao patrimônio das obras de construção dos fóruns trabalhistas de Foz do Iguaçu e Toledo, no exercício de 2020.

Nota 18 – Resultado orçamentário



Fonte: Siafi

A Justiça do Trabalho não é um órgão de natureza arrecadadora, depende essencialmente do financiamento do Orçamento Fiscal para a execução de suas atividades. Por esse motivo o resultado orçamentário será sempre deficitário.

As receitas correntes são advindas de transferências correntes e arrecadação de taxas, e as patrimoniais, da exploração do patrimônio imobiliário e cessão de direitos.

A arrecadação das receitas de convênios é centralizada na setorial da Justiça do Trabalho, Unidade Orçamentária 15126. Essas receitas são originadas dos contratos de prestação de serviços bancários firmados junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, por meio dos quais as instituições bancárias repassam mensalmente ao CSJT um percentual aplicado sobre os saldos médios dos depósitos judiciais trabalhistas, precatórios e requisições de pequeno valor, lá mantidos até o seu regular levantamento pelos titulares das contas.

As demais receitas arrecadadas são registradas no Balanço Geral da União. Por esse motivo, as receitas deste órgão trabalhistas não estão registradas no Balanço Orçamentário, e conseqüentemente o resultado orçamentário será sempre deficitário, correspondente ao total da despesa empenhada no período.

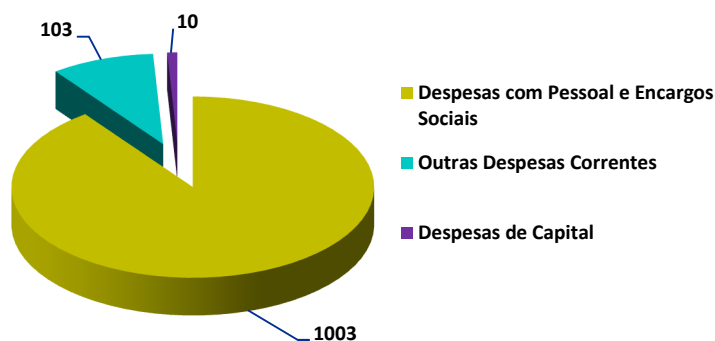
Nota 19 – Despesas Orçamentárias

Nota 19 – Despesas orçamentárias

Em milhões



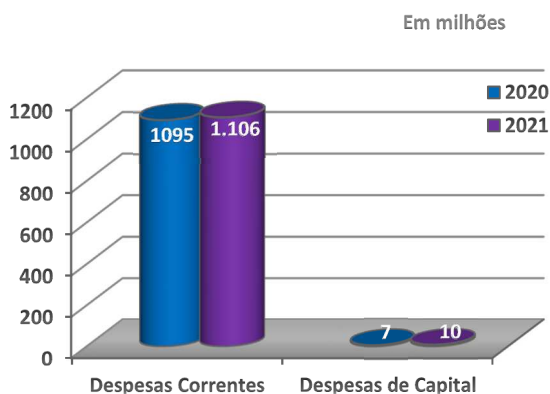
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010



Fonte: Siafi

Despesas correntes e de capital

As despesas correntes, destinadas ao custeio e manutenção das atividades do órgão, representaram 99% do total das despesas orçamentárias, enquanto as de capital, destinadas à formação ou aquisição de um bem de capital, apenas 1%.



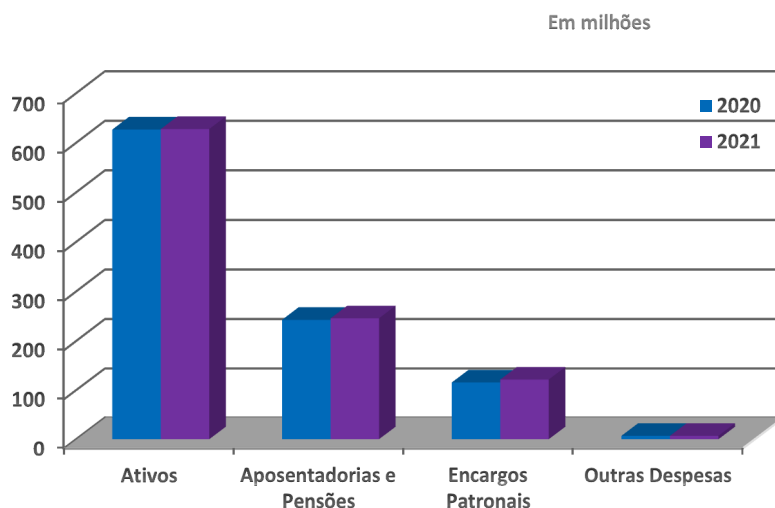
Fonte: Siafi

Com relação às despesas correntes, o aumento de 3% observado em 2021, em relação ao exercício anterior, explica-se essencialmente pelo aumento das despesas com pessoal, decorrente da implantação da conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário aos magistrados, conforme Resolução CNJ 293/2019, Reclamação para Garantia de Decisões 0009882-49.2019.2.00.0000 e Ofício Circular CSJT.GP.SEOFI 56/2020, bem como a majoração dos proventos dos juízes classistas e seus pensionistas imposta pela decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.179/DF.

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - COMPOSIÇÃO

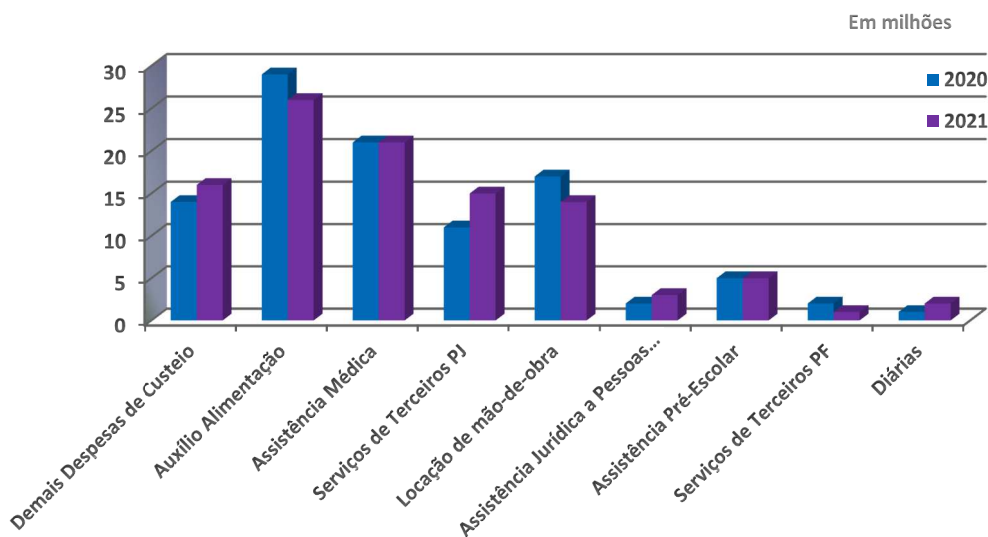


PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010



Fonte: Siafi

OUTRAS DESPESAS CORRENTES - COMPOSIÇÃO



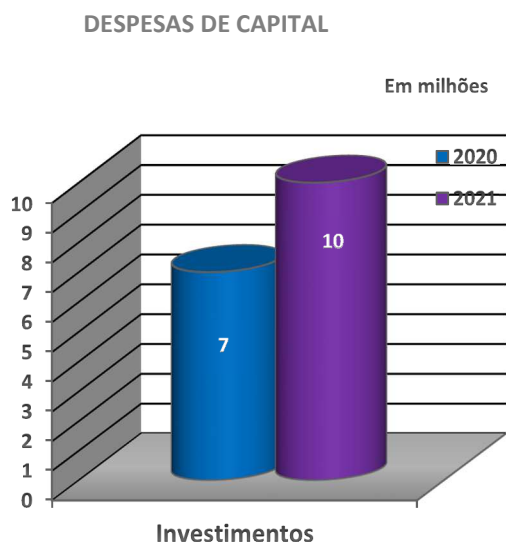
Fonte: Siafi

Em 2021, as outras despesas correntes perfizeram R\$ 103 milhões, enquanto em 2020 o montante foi de R\$ 102 milhões. A variação decorre essencialmente do aumento nas despesas com serviços de terceiros pessoa jurídica em 2021, em comparação ao exercício anterior. Em 2021 foram contratados serviços de retirada de aparelhos condicionadores de ar antigos e instalação de novos aparelhos, bem como serviços de reformas, em diversas unidades judiciárias da capital e interior.

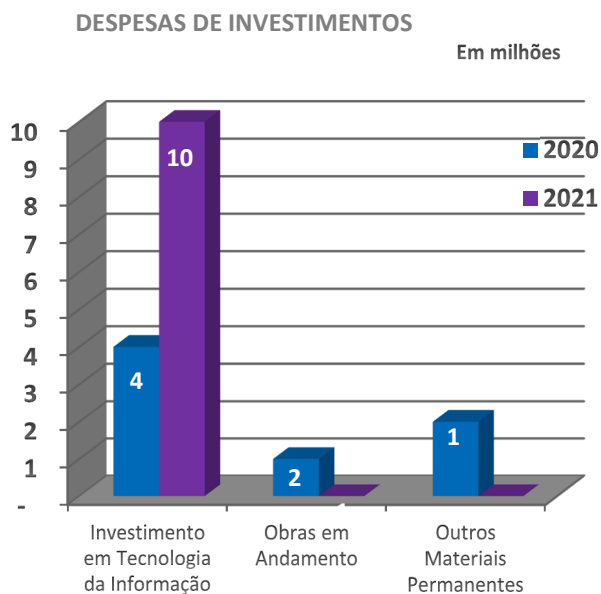


PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Já o acréscimo observado nas despesas de capital decorre de maior investimento em aquisições de equipamentos e materiais permanentes de Tecnologia da Informação, a fim de aprimorar os sistemas e equipamentos disponíveis.



Fonte: Siafi



Fonte: Siafi

Nota 20 – Inscrição de restos a pagar processados e não processados do exercício

Nota 20 – Inscrição de restos a pagar processados e não processados do exercício

R\$ milhares

Restos a Pagar Inscritos	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados
--------------------------	----------------------------	--------------------------------



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

	Dez/2021	Dez/2020	Dez/2021	Dez/2020
Pessoal e Encargos Sociais	0	0	3.653	4.493
Outras Despesas Correntes	39	43	2.475	1.927
Investimentos	0	10	795	2.536
Total	39	53	6.923	8.956

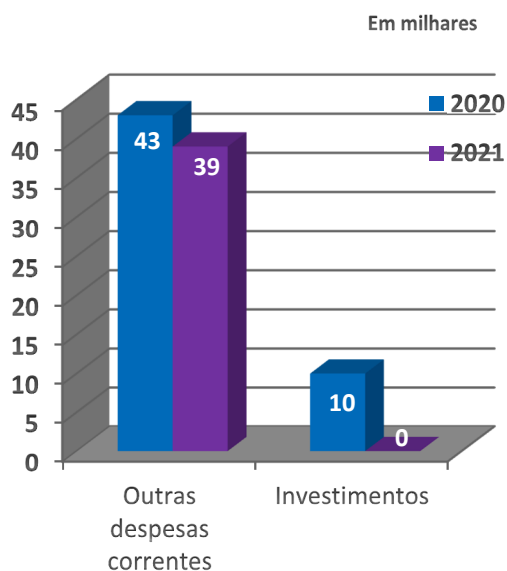
Fonte: Tesouro Gerencial

Consideram-se restos a pagar processados aqueles cujo empenho foi entregue ao credor e a despesa foi liquidada após o fornecimento do material ou a prestação do serviço contratado, restando apenas a entrega de recursos financeiros por meio do pagamento.

Já nos restos a pagar não processados, houve a entrega do empenho ao credor, porém não houve a efetiva entrega do material ou a prestação do serviço, impossibilitando a liquidação da despesa.

O decréscimo observado tanto na inscrição dos restos a pagar processados quanto dos restos a pagar não processados advém de esforços empreendidos por esta UPC para diminuir a inscrição dos restos a pagar, com o intuito de dar cumprimento ao limite de gastos imposto pela EC 95/2016 à Justiça do Trabalho, pois o pagamento realizado por meio de restos a pagar concorre com o limite de pagamentos do exercício corrente.

INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS



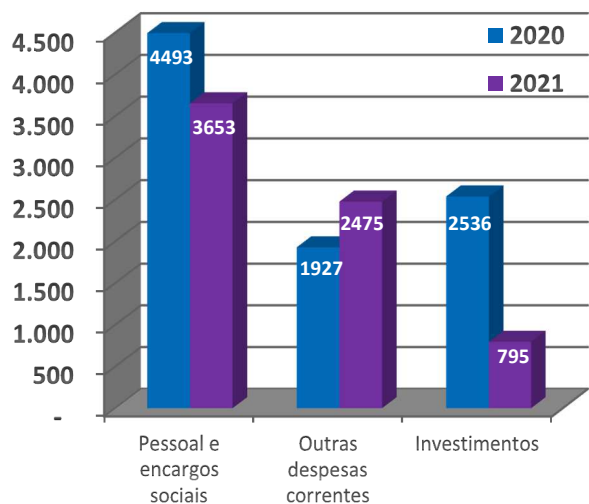
Fonte: Siafi

INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Em milhares



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010



Fonte: Siafi

Nota 21 – Execução de restos a pagar

Nota 21 – Execução de restos a pagar

R\$ mil

Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar Processados		Restos a Pagar Não Processados	
	Dez/2021	Dez/2020	Dez/2021	Dez/2020
Pessoal e Encargos Sociais	0	0	3.928	2.907
Outras Despesas Correntes	40	28	1.540	3.245
Investimentos	10	677	2.188	366
Total	50	705	7.656	6.518

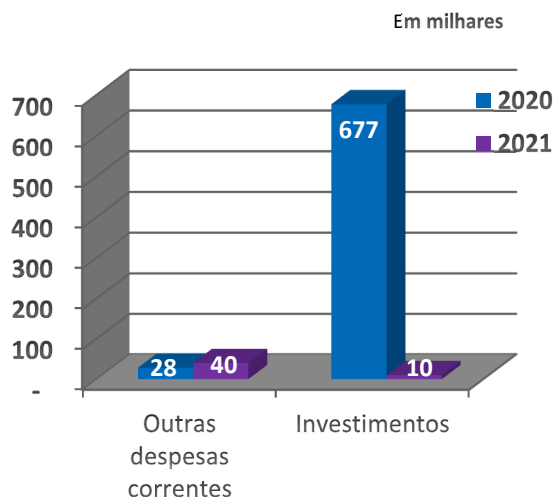
Fonte: Tesouro Gerencial

A expressiva redução observada na execução dos restos a pagar processados no exercício de 2021, em relação a 2020, justifica-se pelo fato de terem sido recolhidas em 2020 muitas contratuais decorrentes de atraso na entrega de equipamentos de TIC, no montante de R\$ 630 mil.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

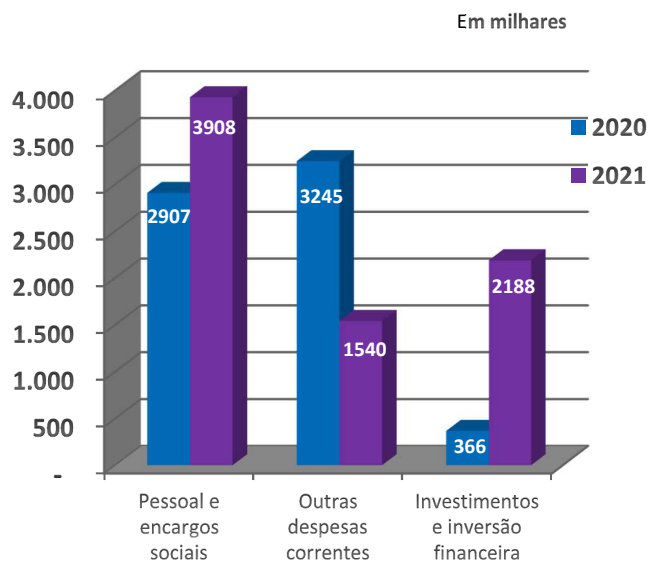
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS



Fonte: Siafi

Já a execução dos restos a pagar não processados no exercício de 2021 mostraram-se maiores do que aqueles praticados em 2020, sendo o principal fator o pagamento dos passivos decorrente do reajuste concedido aos juízes classistas por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5179/DF, relativos ao período de setembro a dezembro de 2020.

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS



Fonte: Siafi



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Avenida Vicente Machado, 147 – 9º andar
Curitiba-PR / CEP – 80420-010

Nota 22 – Geração líquida de caixa

Nota 22 – Geração líquida de caixa	R\$ milhões	
	Dez/2021	Dez/2020
Atividades Operacionais	8	10
Atividades de Investimentos	-11	-6
Total	-3	4

Fonte: Demonstrações dos Fluxos de Caixa

O resultado obtido na geração líquida de caixa e equivalentes, apurado por meio do fluxo de caixa líquido (ingressos - desembolsos), está registrado nas Demonstrações do Fluxo de Caixa e corresponde também ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

Em 2020, o saldo para o exercício seguinte registrado no Balanço Financeiro em Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 34 milhões. Com a geração líquida de caixa apurada em 2021 demonstrada nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, na ordem de R\$ 3 milhões negativos, o saldo final passou a ser de R\$ 31 milhões, registrados no Balanço Financeiro em Caixa e Equivalentes de Caixa para o exercício seguinte.

O déficit apurado em 2021, em relação ao superávit percebido em 2020, decorreu do aumento do desembolso com despesas relacionadas à atividades de investimentos.

Em milhões



Fonte: Demonstrações dos Fluxos de Caixa

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

2.7.4. Outras informações relevantes

2.7.4.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Os passivos contingentes representam obrigações possíveis, resultantes de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Além disso, são passivos contingentes as obrigações presentes cuja saída de recursos é improvável ou cujo valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Quando a saída de recursos se torna provável, o passivo contingente é convertido em provisão, que deverá ser reconhecida no Balanço Patrimonial. Os riscos decorrentes de passivos contingentes podem ser classificados conforme a natureza dos fatores que lhes dão origem, bem como os órgãos responsáveis pela sua gestão. Na tabela a seguir, estão descritos os principais passivos contingentes do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região:

Tabela 01 – Passivos Contingentes

Itens	R\$ mil			
	Dez/2021	Dez/2020	AH	AV
Demanda Judicial – VPNI - Incorporação de décimos/quintos –serv. (a)	33.789	60.569	-44%	100%
Precatórios e RPV Cancelados (Lei nº 13.463/2017) (b)	0	309	-100%	0%
Total	33.789	60.878	-44%	100%

Fonte: Siafi

a) Demanda Judicial – VPNI - Incorporação de décimos/quintos

Trata-se de passivo administrativo resultante de incorporação de quintos, por conta de exercício de função comissionada e cargo comissionado por servidores, no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, que tiveram sua exigibilidade suspensa pela interposição de recurso extraordinário da União contra o acórdão da 3ª turma do TRT 5ª Região.

No exercício de 2021, houve redução de valores em relação ao exercício anterior, por motivo de exclusão dos juros lançados sobre o valor principal. Houve alteração do art. 7º da Resolução CSJT 137/2014, motivada pela decisão contida no processo CNJ PP-0008427-83.2018.2.00.0000, por meio da qual firmou-se o entendimento de que os juros moratórios não são devidos em pagamentos administrativos.

Em decisão proferida em plenário do STF, foi concedido provimento ao Recurso Extraordinário 638.115 ED-QUINTOS, fixando a tese de que ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos decorrente do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/98 e a MP 2.225-48/2001,

por ausência de fundamento legal. Além disso a Corte entendeu na ocasião, que o pagamento dos quintos deveria ser cessada, tanto decorrente de decisão judicial quanto judicial transitada em julgado.

b) Precatórios e RPV Cancelados (Lei nº 13.463/2017)

Em 2020, houve lançamento decorrente da Lei nº 13.463/2017, que previu o cancelamento dos precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) federais cujos valores não tenham sido retirados pelos credores e estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial, com transferência desses recursos para a Conta Única do Tesouro Nacional. A Lei prevê também que esses precatórios e RPV cancelados possam ser reincluídos, nos montantes efetivamente recolhidos à Conta Única, e depositado novamente, a pedido do credor.

O pedido de reinclusão é um requerimento para que seja expedido novo precatório, mas conservará ordem cronológica do requisitório anterior e remuneração correspondente a todo o período. Segue os mesmos trâmites de um precatório normal, necessitando de novo ofício de requisição ao tribunal para constituição de um novo precatório ou RPV. A respeito dos precatórios, esse pedido deverá ser objeto de inclusão em lista até 1º de julho de cada ano para entrar no orçamento e ser pago no ano seguinte.